



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2022

| | |
|---------------|--|
| OBJETO | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PEDREIRO |
|---------------|--|

| | |
|-------------------------|---|
| FUNDAMENTO LEGAL | Artigo 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações |
|-------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|--|
| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | <u>339039-16</u> – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica – Serviços de Manutenção e Conservação de Bens Imóveis |
|-----------------------------|--|



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| | | |
|--|---|---------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.973.860/0001-65 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 14/07/2009 |
|--|---|---------------------------------------|

| |
|--|
| NOME EMPRESARIAL LEANDRO SANTOS SALLES |
|--|

| | |
|--|--------------------|
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COSTRUSALLES PRESTADORA DE SERVICOS | PORTE ME |
|--|--------------------|

| |
|--|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente |
|--|

| |
|---|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.20-4-00 - Construção de edifícios |
|---|

| |
|---|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual) |
|---|

| | | |
|--|----------------------|-----------------------------|
| LOGRADOURO R AV DR DORIVAL DE CARVALHO | NÚMERO 526 | COMPLEMENTO ***** |
|--|----------------------|-----------------------------|

| | | | |
|--------------------------|---|---------------------------|-----------------|
| CEP 75.800-014 | BAIRRO/DISTRITO JARDIM DA LIBERDADE | MUNICÍPIO JATAI | UF GO |
|--------------------------|---|---------------------------|-----------------|

| | |
|--|-----------------------------------|
| ENDEREÇO ELETRÔNICO WALTERAFREITAS@HOTMAIL.COM | TELEFONE (64) 3631-5167 |
|--|-----------------------------------|

| |
|---|
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** |
|---|

| | |
|------------------------------------|---|
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/07/2009 |
|------------------------------------|---|

| |
|------------------------------|
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL |
|------------------------------|

| | |
|-----------------------------------|---|
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** |
|-----------------------------------|---|

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **31/01/2022** às **13:47:01** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.973.860/0001-65
Razão Social: LEANDRO SANTOS SALLES
Endereço: AV DOUTOR DORIVAL DE CARVALHO 526 / JD LIBERDADE / JATAI / GO / 75800-014

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/01/2022 a 25/02/2022

Certificação Número: 2022012704413443118289

Informação obtida em 31/01/2022 13:53:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 30677197

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

LEANDRO SANTOS SALLES

CNPJ

10.973.860/0001-65

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.545.534.646

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 31 JANEIRO DE 2022

HORA: 13:50:28:3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LEANDRO SANTOS SALLES (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 10.973.860/0001-65

Certidão nº: 3956806/2022

Expedição: 31/01/2022, às 13:54:05

Validade: 29/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LEANDRO SANTOS SALLES (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.973.860/0001-65**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Câmara Municipal de Jataí

1

O poder que vem do povo

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO REFERENCIAL N° 001/2019

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços comuns. Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93 e alterações. Requisitos legais. Possibilidade, desde que observadas as recomendações constantes neste Parecer Jurídico Referencial.

Possibilidade de adoção de Parecer Jurídico Referencial

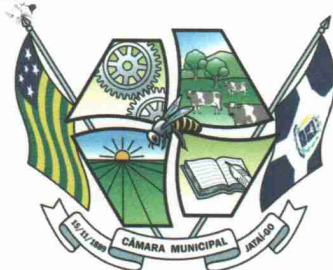
A Procuradoria Jurídica desta Câmara Municipal de Jataí tem o dever legal de emitir parecer jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

Todavia, admite-se a figura do Parecer Jurídico Referencial, que é aquele que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, dispensando a análise individualizada, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação referencial.

Com efeito, trata-se de uma possibilidade jurídica perfeitamente aceitável que se coaduna com o princípio da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobre a qual o TCU manifestou-se favoravelmente à sua adoção pela Advocacia-Geral da União, nos seguintes termos:

“9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, **não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes**, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário). Grifo inserido

Assim, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí adota esse Parecer Jurídico Referencial, nos casos que envolvam dispensa de licitação em função do valor, prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/93.



Requisitos legais para Dispensa em função do valor e contratação direta.

Saliento que incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

Estas hipóteses, previstas na Lei 8.666/93 – Lei das licitações, são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexistência de licitação, estabelecidas nos artigos 24 e 25, respectivamente.

O Art. 24, II, da Lei das Licitações, estabelece que:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

... omissis

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Os valores previstos no Art. 23, inciso I, alínea “a”, referido na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:

“Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e



c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)."

Dessa forma, é dispensável a licitação para compras e serviços, que não sejam de obras e serviços de engenharia, no valor de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), devendo o departamento técnico responsável verificar o enquadramento matemático do valor da contratação pretendida ao valor referido.

Todavia, não se pode descurar do correto procedimento para contratação direta, que deve ser iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Numa interpretação sistemática, deve-se adotar nos casos de dispensa, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, o Parágrafo Único do Art. 26 da Lei das licitações, e o processo de dispensa deve ser instruído ainda com:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso,

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço,

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com relação a justificativa do preço, convém frisar a necessidade de realização de ampla e adequada pesquisa de preços, para subsidiar a melhor contratação, ou seja, aquela que melhor atende ao interesse público.

A Administração deverá observar a necessidade de preferência para a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei Complementar nº 123/2006.

O contrato a ser firmado para contratação direta pode ser substituído pela nota de empenho, na forma do art. 62, da Lei 8.666/93.

Frise-se que a Administração deve aferir a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, da empresa selecionada para fornecimento de produtos ou prestação de serviços para a Câmara Municipal.



Conclusão

Por todo o exposto, uma vez atendidas as recomendações apontadas neste Parecer Jurídico Referencial, no seu aspecto jurídico, resguardados o juízo de conveniência e oportunidade do Gestor, nos limites da Lei; ressalvadas, ainda, as questões de ordem fática e técnica, ínsitas à esfera administrativa, o procedimento estará apto para a produção de seus regulares efeitos.

Sendo Referencial o presente parecer, os processos administrativos que guardarem relação inequívoca e direta com a fundamentação aqui realizada, dispensam análise individualizada, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que o caso concreta amolda-se aos termos desta manifestação, conforme modelo em anexo.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 28 de maio de 2019.

Renata Silva Oliveira
Procuradora Jurídica

RENATA SILVA
OLIVEIRA:60724919
104

Assinado de forma digital por
RENATA SILVA
OLIVEIRA:60724919104
Dados: 2019.05.28 16:22:13 -03'00'



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

ANEXO

ATESTADO DE CONFORMIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO COM O PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/2019.

Atesto que o Processo Administrativo nº 78/2022, que objetiva a contratação de empresa LEANDRO SANTOS SALLES, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, amolda-se à manifestação jurídica referencial exarada no Parecer Jurídico Referencial no 001/2019.

Jataí, 28/01/2022


Dulcilene L. de Oliveira Freire
Chefe do Deptº de Compras

Dulcilene L. de Oliveira Freire
Chefe do Deptº de Compras



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

CERTIDÃO

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339039 / 16 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Manutenção e Conservação de Bens Imóveis**, suficiente para ocorrer despesas com este tipo de aquisição para a Câmara Municipal de Jataí.

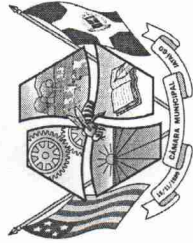
CERTIFICAMOS ainda que já foi feita reserva orçamentária nesta dotação no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATAÍ, 28 de Janeiro de 2022.


Adonae Augusto Pereira

TC CRC GO 2210/0-4



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI
PRACA DA BANDEIRA S/N - CENTRO

PARÂMETROS -> Todas dos órgãos escolhidos
COMPARATIVO DA DESPESA COMPLETO POR DOTAÇÃO DE 28/01/2022 ATÉ 28/01/2022

| CÓDIGOS | TÍTULOS | DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | EMPENHADO | | SALDO DOTAÇÃO | LIQUIDADO | | PAGO | | DESPESAS A PAGAR |
|-------------------|--|----------------------|---------|-----------|---------------|---------|---------------|-----------|------------|---------|------------|------------------|
| | | ORÇADO | PERÍODO | ACUMULADO | DOT. ATUALIZ. | PERÍODO | | PERÍODO | ACUMULADO | PERÍODO | ACUMULADO | |
| 01 | CAMARA MUNICIPAL | | | | | | | | | | | |
| 01 | CAMARA MUNICIPAL | | | | | | | | | | | |
| 01 | LEGISLATIVA | | | | | | | | | | | |
| 01.031 | Acao Legislativa | | | | | | | | | | | |
| 01.031.0139 | PROCESSO LEGISLATIVO | | | | | | | | | | | |
| 1001 | OBRAS,INSTAL.EQUIP.CAMARA MUNICIPAL | | | | | | | | | | | |
| 0001.4.4.90.51.00 | Obras e Instalacoes | 218.196,31 | | | 218.196,31 | | 218.196,31 | | | | | |
| 0002.4.4.90.52.00 | Equipamentos e Materiais Permanentes | 453.360,24 | | | 453.360,24 | | 447.002,24 | | 6.358,00 | | 6.358,00 | |
| 34 | Maquinas, Utensilios e Equipamentos Diversos | | | | | | 6.358,00 | | 6.358,00 | | 6.358,00 | |
| | SOMA - OBRAS,INSTAL.EQUIP.CAMARA MUNICI | 671.556,55 | | | 671.556,55 | | 665.198,55 | | 6.358,00 | | 6.358,00 | |
| 2001 | MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL | | | | | | | | | | | |
| 0005.3.1.90.04.00 | Contratacao por Tempo Determinado | 2.000,00 | | | 2.000,00 | | 2.000,00 | | | | | |
| 0006.3.1.90.11.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 12.810.000,00 | | | 12.810.000,00 | | 12.029.928,12 | | 780.071,88 | | 780.071,88 | |
| 03 | Pessoal Cargo Eletivo (Vinculado ao RPPS), exclu | | | | | | 302.105,53 | | 302.105,53 | | 302.105,53 | |
| 05 | Pessoal Cargo Comissionado, exclusive FUNDEB | | | | | | 338.615,75 | | 338.615,75 | | 338.615,75 | |
| 06 | Subsídio Vereador | | | | | | 125.415,54 | | 125.415,54 | | 125.415,54 | |
| 10 | Subsídio Presidente da Câmara | | | | | | 13.935,06 | | 13.935,06 | | 13.935,06 | |
| 0007.3.1.90.16.00 | Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil | 2.000,00 | | | 2.000,00 | | 2.000,00 | | | | | |
| 0009.3.1.90.92.00 | Despesas de Exercícios Anteriores | 100,00 | | | 100,00 | | 100,00 | | | | | |
| 0010.3.3.90.14.00 | Diarias - Civil | 85.000,00 | | | 85.000,00 | | 85.000,00 | | | | | |
| 0011.3.3.90.30.00 | Material de Consumo | 715.000,00 | | | 715.000,00 | | 712.540,60 | | 409,90 | | 409,90 | 2.459,40 |
| 25 | Material para Manutencao de Bens Moveis | | | | | | 2.459,40 | | 2.459,40 | | 2.459,40 | |
| 0012.3.3.90.33.00 | Passagens e Despesas com Locomocao | 640,76 | | | 640,76 | | 640,76 | | | | | |
| 0013.3.3.90.34.00 | Outras Despesas de Pessoal - Contratos Terceiriz | 1.788,74 | | | 1.788,74 | | 1.788,74 | | | | | |
| 0014.3.3.90.35.00 | Servicos de Consultoria | 433,98 | | | 433,98 | | 433,98 | | | | | |
| 0015.3.3.90.36.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | 160.000,00 | | | 160.000,00 | | 160.000,00 | | | | | |
| 0016.3.3.90.37.00 | Locacao de Mao-de-Obra | 9.486,80 | | | 9.486,80 | | 9.486,80 | | | | | |
| 0017.3.3.90.39.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | 980.000,00 | | | 980.000,00 | | 774.000,00 | | | | | |
| 43 | Servicos de Energia Eletrica | | | | | | 206.000,00 | | 14.420,61 | | 14.420,61 | 191.579,39 |
| 44 | Servicos de Agua e Esgoto | | | | | | 170.000,00 | | 12.077,58 | | 12.077,58 | 157.922,42 |
| 58 | Servicos de Telecomunicacoes | | | | | | 14.000,00 | | 1.340,45 | | 1.340,45 | 12.659,55 |
| 81 | Servicos Bancarios | | | | | | 14.000,00 | | 1.002,58 | | 1.002,58 | 12.997,42 |
| 0038.3.3.90.40.00 | Servicos de Tecnologia da Informacao e Comunica | 150.000,00 | | | 150.000,00 | | 8.000,00 | | 129,90 | | 129,90 | 8.000,00 |
| 14 | Servicos relacionados a computação em nuvem | | | | | | 1.800,00 | | 129,90 | | 129,90 | 1.800,00 |
| 0018.3.3.90.92.00 | Despesas de Exercícios Anteriores | 100,00 | | | 100,00 | | 100,00 | | | | | 1.800,00 |

PODER LEGISLATIVO

C.N.P.J.: 24.858.805/0001-39

- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

CERTIFICADO DE REGULARIDADE

Certifico para os devidos fins que a presente
despesa foi atestada

01

- D E O F -

DOCUMENTO DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO

SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO NºDECRETO: 0000042015

1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


| | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|--------------|--------------------------|--------------|-------------|---------------|------------|---|---------------------------|----------------------|--------------|
| 1.1 - CÓD. | | 1.2 - DOCUMENTO | | | | | 1.3 - FONTE DE RECURSOS | | | 1.4 - NÚMERO |
| 6775 | | NOTAS DE EMPENHO | | | | | Recursos Não Vinculados de Impostos / Recurso | | | -1 |
| 1.5 - DATA DE EMISSÃO | | 1.6 - NÚMERO DO PROCESSO | | | 1.7 - TIPO | | 1.8 - FICHA | | 1.9 - SALDO ANTERIOR | |
| 28/01/2022 | | 0000078/22 | | | ESTIMATIVO | | 0017.000 | | | |
| 1.10 - EXERC. | 1.11 - ÓRGÃO | 1.12 - UND. | 1.13 - FUNC. | 1.14 - PROG | 1.15 - SUBFUN | 1.16 - P/A | 1.17 - NAT.DESPESA | 1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO | 1.19 - VALOR | |
| 2022 | 01 | 01 | 01 | 0139 | 031 | 2.001 | 3.3.90.39.16 | 100.000 | 6.000,00 | |
| 1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | | | | | | | | | 1.21 - SALDO ATUAL | |
| CAMARA MUNICIPAL | | | | | | | | | | |
| 1.22 - PROJETO / ATIVIDADE | | | | | | | | | 1.23 - REQUISIÇÃO | |
| MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL | | | | | | | | | | |

2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR

| | | | |
|----------------------------------|--|--------------------|----------|
| 2.1 - NOME | | 2.1 - CPF OU CNPJ | |
| LEANDRO SANTOS SALLES | | 10.973.860/0001-65 | |
| 2.3 - ENDEREÇO | | 2.4 - MUNICÍPIO | 2.5 - UF |
| AV. DR. DORIVAL DE CARVALHO, 526 | | JATAI | GO |

3 - HISTÓRICO

| | |
|--|-------------|
| 3.1 - ESPECIFICAÇÃO | |
| EMPENHO EMITIDO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PEDREIRO PARA MANUTENÇÃO DO PREDIO E DEPENDENCIAS DA CMJ. | |
| 3.2 - CERTIFICADO | |
| 4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO | 4.2 - VALOR |
| (SEIS MIL REAIS) | 6.000,00 |

MARINA SILVEIRA MARTINS
CPF: 433.459.801-34
PRESIDENTE DA CÂMARA
ADONAE AUGUSTO PEREIRA
CPF: 075.191.841-53 CRC: 2210/0-4GO
CONTADOR